

A PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA 2



Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

A PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA 2



Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A psicologia na construção de uma sociedade mais justa

2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Tallys Newton Fernandes de Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia na construção de uma sociedade mais justa 2 [recurso eletrônico] / Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-249-4

DOI 10.22533/at.ed.494200308

1. Psicologia – Pesquisa – Brasil. 2. Psicólogos. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

O ser humano vivencia, na atualidade, sua perda em um labirinto de medicinas paralelas impulsionada por variedade de ofertas e crenças, que iludem e apresentam alternativas de cura. Esse processo é decorrente das novas formas de subjetivação e simbolização, proporcionadas pelos mecanismos sociais e tecnológicos. Neste processo, destaca-se a reprodução desenfreada do mal-estar na civilização, que assume diferentes formas no ser humano através da falta.

Esta configura e transforma o ser humano no contrário do sujeito, assim como possibilita a ilusão de uma liberdade, reproduzindo a alienação individual e coletiva através de um sistema capitalista argumentado e planejado com estratégias e mecanismos ideais de intervenção para que esse sujeito reconfigure um ciclo contínuo, que ele desconhece, de adoecimento e saúde, até o momento da sua finitude. É, de fato, relatar, em curtas palavras, que “a realidade não é como ela é”.

É lamentável perceber que alguns grupos e camadas sociais percam esse contato reflexivo e filosófico, tão explorados outrora por filósofos, teóricos e outros pensadores, que estão sendo esquecidos propositalmente pela lógica capitalista e pelo discurso que rege a tendência da atualização tecnológica e materialista. Isso é apenas uma tentativa de mascarar o enfraquecimento interno e ausências de afirmações específicas sobre a realidade. Ressalto, neste âmbito, a importância dos estudos sobre os “mecanismos de defesa” na psicanálise.

Por conseguinte, este sujeito em situação de mal-estar, longe de ser livre de suas raízes e de sua coletividade, reduz sua significação e reivindicação normativa, enquanto ser humano, a um objeto, indicador, variável e número do atual sistema capitalista. Isso se reproduz e possibilita surgimento de diferentes vareáveis na casualidade da problemática social.

Neste sentido, a obra “A Psicologia na Construção de uma Sociedade mais Justa 2” aborda seguimentos relacionados ao mal-estar, com temas direcionados a: indústria do consumo, violência de gênero, dano contra patrimônio público, penalização, estresse, sofrimento, compulsão alimentícia, depressão e suicídio. Todavia, ao final do livro, temos temas direcionados à reversão deste mal-estar como alternativa interventiva que se direcionam a: acompanhante terapêutica, espiritualidade como intervenção, prática esportiva como intervenção, intervenção farmacológica, aconselhamento psicológico, arte, alma, espírito e novas configurações sociais.

Vale ressaltar que os tipos de estudos explorados na obra “A Psicologia na Construção de uma Sociedade mais Justa 2” foram: Estudo exploratório; Estudo reflexivo; Pesquisa bibliográfica; Pesquisa narrativa; Reflexão histórico-cultural; Pesquisa bibliográfica; Revisão de literatura; Revisão sistemática e metanálise; Estudo transversal; Pesquisa descritiva; Estudo ecológico; Revisão de literatura narrativa e Investigação bibliográfica

exploratória.

Ademais, a obra “A Psicologia na Construção de uma Sociedade mais Justa 2” explora a variedade e construção teórica na psicologia. Destaco que os 23 estudos selecionados foram realizados em diferentes instituições de ensino superior no contexto nacional. Faço, também, o convite de retorno para leitura ao “volume 1” desta obra, organizado pelo mesmo autor e pela mesma editora.

Saliento, com grandeza, e como pesquisador, que é relevante a divulgação, construção e reconstrução do conhecimento através da produção científica. Com isso, a Atena Editora possui uma plataforma consolidada e confiável, sendo referência nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELACIONAMENTOS AMOROSOS E A INDÚSTRIA CULTURAL ATRAVÉS DO DIA DOS NAMORADOS Thamyres Barros Cabral DOI 10.22533/at.ed.4942003081	
CAPÍTULO 2	12
O IMPERATIVO DA EXPOSIÇÃO AO OLHAR E A FACE SUPEREGOICA DO AMOR Hélio Cardoso de Miranda Júnior DOI 10.22533/at.ed.4942003082	
CAPÍTULO 3	21
ENSINAR E APRENDER, DUAS FACES DE UM MESMO PROCESSO: A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE PSICOLOGIA DIANTE DO ACOLHIMENTO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA Índira Feitosa Siebra de Holanda Marcos Teles do Nascimento Marcus César de Borba Belmino DOI 10.22533/at.ed.4942003083	
CAPÍTULO 4	30
A CONTRACONDUTA NO USO DESOBEDIENTE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS Laura Fonseca de Castro DOI 10.22533/at.ed.4942003084	
CAPÍTULO 5	38
A PSICOLOGIA NOS PROCESSOS DE (DES) INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CÁRCERE Sabrina Azevedo Wagner Benetti Darlen Grasieli Bugs Daiane Raquel Steiernagel Carolina Renz Pretto Cátia Cristiane Matte Dezordi Eniva Miladi Fernandes Stumm Liamara Denise Ubessi DOI 10.22533/at.ed.4942003085	
CAPÍTULO 6	51
ESTRESSE NO TRABALHO Marília Gonçalves Bruno Taine Silva Galvão Laila Ariadi Chaves Freitas Patrícia Francisca dos Santos Medeiros DOI 10.22533/at.ed.4942003086	
CAPÍTULO 7	53
AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS EM CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DAS INTERVENÇÕES Gracimary de Jesus Godinho Bastos Ana Flávia Lima Teles da Hora Marilourdes Maranhão Mussalém Luzimary de Jesus Ferreira Godinho Rocha Helena Rúbia de Santana Botelho	

Sandra Maria Nunes Bastos
DOI 10.22533/at.ed.4942003087

CAPÍTULO 8 75

COMPULSÃO ALIMENTAR NA ADOLESCÊNCIA: FATORES ETIOLÓGICOS, MANIFESTAÇÕES SINTOMÁTICAS E AS POSSIBILIDADES DE TRATAMENTO

Ana Luiza Ferreira Freitas
Geovana Clayre Oliveira
Karolyne Gouveia Figueira
Lavinya Maria dos Santos
Renata Martins do Carmo
Suziani de Cássia Almeida Lemos

DOI 10.22533/at.ed.4942003088

CAPÍTULO 9 84

DA GETÚLIO À ANNE FRANK: VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIAS DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS EM CURITIBA/PR

Grazielle Tagliamento
Joelson Xavier do Rego
Roberta Cristina Gobbi Baccarim
Carla Amaral

DOI 10.22533/at.ed.4942003089

CAPÍTULO 10 98

DEPRESSÃO EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Alenice Filgueira de Lima
Aline Soares Lopes
Cristiano Ribeiro Rodrigues
Kamila Araújo Vieira
Larissa Couto Soares
Rodrigo Sousa de Carvalho
Leandro Silva Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.49420030810

CAPÍTULO 11 105

CIRURGIA BARIÁTRICA E SINTOMAS DEPRESSIVOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Nélio Barreto Veira
Jucier Gonçalves Júnior
Isaque Cavalcante Cunha
Maria Carolina Barbosa Costa
Harianne Leite de Alencar
Willian de Souza Araújo
Paulo Felipe Ribeiro Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.49420030811

CAPÍTULO 12 129

AValiação DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE

Eliene Silva Mendes Sousa
Thalita Lauanna Gonçalves da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.49420030812

CAPÍTULO 13 135

DEPRESSÃO PÓS-PARTO

Andrielly Patrícia Silva Araújo

Marília Gonçalves Bruno

Taíne Silva Galvão

Ana Carolina Rimoldi de Lima

DOI 10.22533/at.ed.49420030813

CAPÍTULO 14 141

A INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO ENTRE PESSOAS DA TERCEIRA IDADE NO BRASIL

Débora Teodoro Carrijo

Amanda Claudino Borges

Felipe Batista Rezende

Geovana Passos Brito

Heloísa Teodoro Sequeira

Júlia Oliveira Carvalho

Luísa Castilho Amâncio

Maria Eduarda Giacomin da Cruz

Mateus Teodoro Sequeira

Natália Sousa Costa

Paula Kathlyn de Oliveira

Mithielle Rodrigues de Oliveira Peixoto

DOI 10.22533/at.ed.49420030814

CAPÍTULO 15 147

SUICÍDIO COMO OBJETO DE ESTUDO NA PSICOLOGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Lorena Schettino Lucas

Mariana Bonomo

Vanessa Valentim Zamborlini

Thais Assis Flauzino

DOI 10.22533/at.ed.49420030815

CAPÍTULO 16 160

ARTICULAÇÕES ENTRE O SABER DA EXPERIÊNCIA NO UNIVERSO INFANTIL DE GUIMARÃES ROSA

Berta Lúcia Neves Ponte

Francisca Paula Viana Mendes

Amadeu de Sousa Moura Terceiro

José Clerton de Oliveira Martins

DOI 10.22533/at.ed.49420030816

CAPÍTULO 17 169

AS ATITUDES DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

José Antônio dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.49420030817

CAPÍTULO 18 180

ESPIRITUALIDADE COMO FERRAMENTA PSICOLÓGICA EM CUIDADOS PALIATIVOS

Amanda Valério Espíndola

Carolina Schmitt Colomé

Fernanda Nardino

Mikaela Aline Bade München

Alberto Manuel Quintana

DOI 10.22533/at.ed.49420030818

CAPÍTULO 19	186
A MOTIVAÇÃO NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E SUA REPERCUSSÃO NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE DEFICIENTES VISUAIS	
Emmeline Abreu Almeida	
Helena Raquel Sousa Pinheiro de Barros da Costa	
Jacques Alastair Martins Silva	
Erica de Fátima Ristau	
Maria Emília Miranda Álvares	
Valeria Maria Lima Cardoso	
Thayara Ferreira Coimbra Lima	
Silvia Regina Moreira Vale	
DOI 10.22533/at.ed.49420030819	
CAPÍTULO 20	196
<i>HYPERICUM PERFORATUM</i> NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE LEVE E MODERADA	
Wêdja Martins Almeida	
Vivian Mariano Torres	
DOI 10.22533/at.ed.49420030820	
CAPÍTULO 21	203
O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ACONSELHAMENTO GENÉTICO DE PACIENTES ESQUIZOFRÊNICOS	
Emmeline Abreu Almeida	
Beatriz Veras Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49420030821	
CAPÍTULO 22	209
O CINEMA E UMA NOVA REPRESENTAÇÃO DA MULHER	
Beatriz Castro Silva	
Alex Moreira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.49420030822	
CAPÍTULO 23	221
REFLEXÕES SOBRE CIDADE E ALMA	
Priscila Valente Alonso	
DOI 10.22533/at.ed.49420030823	
SOBRE O ORGANIZADOR	228
ÍNDICE REMISSIVO	229

A PSICOLOGIA NOS PROCESSOS DE (DES) INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CÁRCERE

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 06/07/2020

Liamara Denise Ubessi

Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Pelotas – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/0990936914930611>

Sabrina Azevedo Wagner Benetti

Faculdade IBRA

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/7832402146526916>

Darlen Grasieli Bugs

FAVENI

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/0705937672846446>

Daiane Raquel Steiernagel

Universidade Federal de Santa Maria

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/7297638668511502>

Carolina Renz Pretto

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/9984837689674828>

Cátia Cristiane Matte Dezordi

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/7806206131585996>

Eniva Miladi Fernandes Stumm

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ

Ijuí - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/6324085186499342>

RESUMO: Esse estudo objetiva discutir o trabalho da psicologia nos processos de (des) institucionalização das pessoas privadas de liberdade. Para embasar o estudo, utilizou-se de teóricos da psicologia, filosofia, sociologia, os quais permitem refletir sobre a temática da institucionalização e da descaracterização do *Eu* ocorrida nos sujeitos durante o processo de prisionização. Observa-se que o funcionamento do sistema prisional impacta negativamente na subjetividade das pessoas privadas de liberdade, de modo, que estes, experienciam sofrimento psíquico decorrente dos processos de institucionalização. Nesse contexto, a psicologia tem assumido práticas de cuidado, atenção e acompanhamento as pessoas, com foco na ressignificação da identidade deteriorada, com o uso de estratégias de singularização que possibilitam o empoderamento e o enfrentamento da lógica segregativa. Conclui-se que o trabalho da psicologia pode romper com a norma de controle e auxiliar o sujeito na construção de interstícios de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Pessoas Privadas de Liberdade. Institucionalização. Sistema Prisional.

THE PSYCHOLOGY IN THE PROCESS OF (DE) INSTITUTIONALIZATIONS OF THE PRISON

ABSTRACT: The aim of this study is to discuss the job of psychology in the processes of (de) institutionalizations of people deprived of their liberty. To base the study, we use of the psychology, philosophy, sociology theorists, which allow us to reflect on the thematic of institutionalization and of the de-characterization of the “Self” that occurred in the subjects during the prison process. It is observed that the functioning of the prison system impact negatively on the subjectivity of the people deprived of their liberty, so that they experience psychic suffering from the institutionalization. In this context, the psychology has adopted practices of care, attention and accompaniment of the people, with a focus on re-signifying of deteriorated identity, with the use of singularizations strategy that enable empowerment and confront of the segregative logic. It is concluded that the job of psychology can break with the control norm and assist the subject in the construction of interstices of liberty.

KEYWORDS: Psychology. People Deprived of Their Liberty. Institutionalization. Prison System.

1 | INTRODUÇÃO

Nos primórdios do direito de punir, as penas não objetivavam alcançar justiça, mas sim vingança, e para isso o tormento físico era a forma de reparar o delito cometido, sendo praticado por castigos corporais, torturas e penas de morte. Para Foucault (1987, p. 33), “tais castigos eram realizados em locais públicos, servindo de diversão e advertência aqueles que assistiam”, de modo, que as pessoas se tornavam submissas pelo medo que as cercavam. O autor registra em sua obra que foi apenas no findar do século XIX que a prisão surge como a principal forma de punição institucional, ao passo, que a penalidade passa a ser a privação da liberdade do sujeito, no qual reconhece o encarceramento como uma justiça humanizada, em que os indivíduos passariam a ser punidos de forma igualitária, sob a égide de um Estado democrático de direito, distanciados dos açoites e da tortura.

Para Foucault (1987) essa nova forma de punir, atinge a forma de castigo igualitário, por entender que a privação da liberdade seria um bem que pertenceria a todos da mesma maneira, trazendo legitimidade ao destacar que ao encarcerar, o indivíduo além de pagar sua dívida não somente com a vítima, mas com toda a sociedade, ainda seria reeducado e retreinado a voltar ao convívio em meio social. Nessa perspectiva, existe a percepção de que esta maneira de punir se torna a mais civilizada de todas as penas.

No entanto, Rauter (2003) salienta que se com a prisão, de um lado não se tem tão claramente a violenta punição retratada nos suplícios, também explicitados na obra *Vigiar e Punir* de Foucault (1987), por outro lado surge com este aparente abrandamento das penas, diferentes métodos de sofrimento capazes de conseguir a sujeição dos indivíduos para com o sistema, de modo que o “funcionamento deste dispositivo não se caracteriza apenas pela repressão, pela violência, mas também pela produção de saberes que instrumentam táticas de controle, fixação e adestramento dos corpos” (RAUTER, 2003, p.13).

Dessa forma a criação da instituição prisão se constituiu com o objetivo de classificar os indivíduos, despersonalizá-los, treiná-los, torná-los dóceis e úteis por meio de um trabalho sobre os seus corpos, com formação no seu entorno de um aparelho repleto de observação, códigos e registros (FOUCAULT, 1987). A instituição foi confiada à privação da liberdade do sujeito considerado criminoso, encarregada de modificar os indivíduos de forma corretiva na tentativa de “controlar os desvios dos sujeitos enquanto indivíduos, esquadrihando seus comportamentos e efetuando sobre eles uma vigilância constante” (BENELLI, 2014, p. 19). Essa lógica disciplinar exaustiva é a técnica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo objetos e instrumentos de seu exercício a fim de assegurar a ordenação das multiplicidades humanas (FOUCAULT, 1987).

Goffman (1999) enquadra as prisões na classificação das instituições totais pela sua característica peculiar, em que um grande número de pessoas são separadas da sociedade por um período de tempo e levam uma vida segregada, organizada a fim de controlá-las e exigir que todas exerçam as normas impostas. São estabelecidos horários para comer, dormir, tomar sol, enquanto a individualidade fica suprimida pelo olhar que os dirigentes voltam para os privados de liberdade. Benelli (2014) aponta que as instituições totais promovem uma substituição cultural no sujeito, visto que, se a estada na prisão for prolongada tende a ocorrer à perda da sua subjetividade, dificultando seu retorno ao convívio social.

O sujeito ao ingressar no estabelecimento prisional é despido de seus referenciais identificatórios e passa por uma série de rebaixamentos e degradações do conceito que tinha de si mesmo, sendo completamente privado de suas escolhas pessoais, tendo que se acomodar às condições do estabelecimento (GOFFMANN, 1999). Esse sentimento que o prisioneiro experimenta é uma das maiores causas de sofrimento e alimenta sentimentos de raiva contra tudo o que o cerca. E como diz Foucault (1987, p. 294): “só vê carrascos em todos os agentes da autoridade”, pois a instituição total retira do indivíduo a autonomia das ações que teria se estivesse em sociedade e esse precisa se adaptar ao ambiente, o que ocasiona a ‘mortificação do eu’ (GOFFMANN, 1999). Dessa forma, “a institucionalização da existência humana tende a torná-la insípida, pasteurizada, num processo de achatamento e uniformização de toda e qualquer singularidade” (BENELLI, 2014, p.192).

O sujeito acaba se vendo obrigado a se adaptar a esses processos de 'mortificação subjetiva' a fim de evitar maiores sofrimentos que colaboram ainda mais para perda do seu referencial identificatório. Durante sua estada obrigatória na prisão, o mesmo costuma sentir que esteve completamente exilado da vida, vivendo em condições precárias, com perda de contatos sociais, impossibilidade de adquirir dinheiro, sentimento de inferiorização comparado ao que ocupava no mundo exterior, e isso tende a criar nele uma sensação constante de fracasso pessoal e de desgraça (BENELLI, 2014).

Confrontados com essa realidade, aliado a superlotação, direitos negligenciados, falta de estrutura física e déficit funcional, os profissionais que trabalham com as pessoas privadas de liberdade, encontram grandes dificuldades em operar com êxito os termos garantidos ao sujeito pela Lei de Execução Penal (LEP) no que tange ao tratamento penal, haja vista, a complexidade do sistema carcerário.

A partir das obras, principalmente de Foucault e Goffmann, indaga-se sobre essa instituição total. Somada à conjuntura de uma determinada estagnação do sistema prisional o trabalho do psicólogo nesta instituição começa a ganhar outro espaço e a assumir o que pode ser nominado como práticas de cuidado, atenção e acompanhamento junto à essas pessoas privadas de liberdade, com o objetivo de inserção social, enfrentar as vulnerabilidades, problematizador da realidade social, histórica e cultural. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo discutir o trabalho de psicologia nos processos da (des) institucionalização das pessoas privadas de liberdade.

2 | SOFRIMENTO E DETERIORIZAÇÃO DO EU NO CÁRCERE

As prisões são constituídas por um ambiente superlotado, inóspito e inadequado, que se tornou um depósito de seres humanos, no qual o tratamento não observa as individualidades. Sua proposta é de uma homogeneização das condutas humanas com o intuito de modelar a identidade das pessoas. Pestana (2014) a partir dos estudos de Goffman (1999) corrobora, ao informar que estes locais produzem uma subjetividade adaptada, ao tornar o sujeito ajustável aos interesses da sociedade vigente.

Goffman (1999) relata que ao tentar ajustar o sujeito, sua identidade torna-se passível de deterioração, pois, a rotina austera das atividades é realizada para atender os objetivos da instituição, permitindo que o indivíduo perca toda a espontaneidade das relações humanas, emergindo uma sensação de "desenraizamento", pois além da liberdade também lhes foi subtraído o tempo, a cultura e o reconhecimento de si próprio. Foucault (1981) reafirma que a pessoa sob esse tipo de domínio, perde gradualmente sua autonomia e autoconfiança, com deterioração gradativa de seus referenciais identificatórios, ao passo que, uma nova prática de si surge, construída pela instituição.

Goffman e Foucault concordam que a instituição ao empoderar-se da subjetividade

do indivíduo, o “força” a pedir permissão para exercer atividades que quando em liberdade realizava sozinho, colocando-o em uma posição de submissão, insurgindo sentimentos de sofrimento e angústia. O sofrimento provocado pela limitação da liberdade, o desconforto em exercer as atividades apenas de forma mediada e sob o poder dos dirigentes, aliados a barreira que a instituição total cria entre o indivíduo e o mundo externo, geram uma ruptura com o passado e favorecem o processo de despersonalização, resultando no aumento do sofrimento à condição de prisão (AMARANTE; FAVILI, 2018). Portanto, a mudança de paradigma, do suplício para a prisão, não significou de maneira nenhuma o fim do sofrimento (FOUCAULT, 1987).

Bauman (1999) pressupõe que a imobilidade forçada com o encarceramento é um símbolo importante de impotência e de dor, que pode acarretar em atos destrutivos contra a própria vida de quem está encarcerado, pois, o sofrimento imposto por estar preso pode ser tão degradante que o suicídio seja a única alternativa. Portanto, a precariedade do ambiente prisional, a vulnerabilidade que se encontram os reclusos, a combinação dos sentimentos de desesperança, incapacidade de gerar soluções para os seus problemas, são aspectos que predispõe os índices de suicídio (NEGRELLI, 2006). O autor a partir dos escritos de Cassorla (1991) afirma que não é a morte que a pessoa deseja, mas sim a vontade de livrar-se de um sentimento que considera insuportável.

O encarceramento produz no sujeito uma série de estigmas, que segundo Goffman (1999), é uma forma de atribuir uma “identidade deteriorada” ao outro, como uma marca possível de identificar ou representar negativamente alguém, resultando em práticas de exclusão social, tornando os sujeitos verdadeiros bodes expiatórios simbólicos. Pompeo (2013) pontua que o sistema penal não possui apenas um papel de punição pelos crimes cometidos, mas também, o de reforçar a cultura de julgamento e repressão social, que legitima o sofrimento dos privados de liberdade e os transforma em bodes expiatórios, transferindo todo o ódio que ameaça a união e a vida dos “cidadãos de bem”.

Esses estigmas são ainda mais reforçados pelo alardeamento do aumento da violência difundida através da mídia que de forma sensacionalista provoca nas pessoas a chamada “cultura do medo”, contribui para que a sociedade legitime soluções policiais austeras para problemas que na verdade são de ordem social, tendendo a criminalizar com maior rigor as atitudes cometidas pela parcela mais pobre da sociedade (POMPEO, 2013). Isso é verificado por Zaluar (1994) que apresenta a criminalização dos pobres como efeito da crise econômica e do desemprego, além do estigma de criminoso que esses sujeitos carregam.

Barros (2011) corrobora que a criminalização da pobreza está ligada ao aumento da exclusão social causada pela implementação do neoliberalismo, que promove a desigualdade social, pois a atual sociedade preconiza bens de consumo e negligencia políticas públicas e direitos básicos. O estrato social que padece desse mal, assumiu a feição do jovem negro, pobre e de baixa escolaridade, quase que generalizadamente, mas

o Estado foca seus esforços nas políticas de segurança pública e continua negligenciando os direitos básicos da população menos favorecida.

Young (2002) considera que o aumento significativo da desigualdade social é um dos fenômenos mais importantes nas transformações sociais atuais. A criminalidade e a desordem continuam aumentando devido ao engendramento da sociedade de consumo, que cultua o individualismo minando as relações e os valores para o convívio social estável. No entanto, o autor não considera a exclusão social o único motivo, salienta que é um processo de inclusão e exclusão, em que os grupos sociais menos favorecidos são incentivados a participar do sistema capitalista, e almejam um lugar social a partir de bens de consumo, tais como: tênis de marca, carros de luxo, joias e tendências midiáticas, e que diante da impossibilidade, são excluídos, estigmatizados e a consequência é a de subculturas criminais. Esse processo ocorre num contexto no qual as referências são instauradas a partir da sociedade de consumo, impondo aos indivíduos, esforços na definição de novas significações (BECK, 1997).

As desigualdades sociais são inerentes ao sistema capitalista, e a preocupação se dá nas novas configurações sociais, na qual as formas excludentes de emprego conformam os indivíduos a procurarem diferentes maneiras de “ganhar a vida” e novas estratégias de participação e inclusão. Destaca-se, a compulsão e o endividamento na compra desses bens, além da inserção em atividades beirando a informalidade ou, até mesmo a ilegalidade. Exemplifica-se com o mercado do tráfico de drogas que captura jovens pela possibilidade e facilidade na obtenção de bens de consumo. Estas dificuldades encontradas pelas pessoas ao tentarem uma inserção social resulta num contexto marcado pela violência e criminalidade, que possibilita a criação de uma subcultura que atribui prestígio ao emprego de armas de fogo e à posse de bens tidos como privativos dos ricos (ZALUAR, 1994).

Young (2002) refere que nesse processo de criminalização da pobreza, a sociedade considera que os sujeitos escolhem voluntariamente a criminalidade sem qualquer influência de circunstâncias sociais, sendo vistos como o grande problema, ao passo que esse se dá quando a própria sociedade desampara, criminaliza e estigmatiza grupos vulneráveis, ao desejarem “tolerância zero à criminalidade, quando deveria ser tolerância zero à desigualdade” (YOUNG, 2002, p. 205).

O sujeito inserido nesse contexto é produzido por um conjunto de fatores e atores, e passa a ser conhecido como “bandido”, porém não é qualquer sujeito incriminado, mas sim, aquele sujeito, cuja morte, desaparecimento ou sofrimento podem ser amplamente desejados (MISSE, 2010). Para o autor são atribuídos sentimentos de repulsa e desejo de que a punição seja a mais dura possível, em contrapartida, deverá ele se arrepender e viver sob as regras da sociedade e cabe ao sistema prisional o eufemismo da ressocialização.

Zaffaroni (1991) afirma, os sujeitos que habitam os presídios são identificados na figura do inimigo, cujo lugar de reclusão passa pela representação de uma instituição onde

há a criação de uma normativa constituída na violência e na (re)afirmação de condição de vulnerabilidade do sujeito. Entretanto, o cárcere surge com o fundamento social de ser um mecanismo ressocializador, mas que na verdade representa uma fachada permeada por relações de poderes fundadas na desqualificação do indivíduo encarcerado (FATORELLI, 2014).

O presídio desponta como o local do “outro”, daquele que infringe as regras e instaura desordem social, para tanto, nele são atestadas severas violações de direitos fundamentais, sem a preocupação por parte da sociedade, pois, estes indivíduos nem ao menos são considerados seres humanos para grande maioria. Dados do Departamento Nacional Penitenciário (2019) corroboram com esta ideia, com 755.274 pessoas privadas de liberdade e um déficit de 312.925 vagas no sistema carcerário brasileiro, tornando-o superlotado, esses sujeitos padecem das carências mais generalizadas, nos âmbitos jurídico, estrutural e emocional, repercutindo em todos os aspectos da subjetividade (FATORELLI, 2014).

Isso gera um processo de acentuada vulnerabilidade firmada sobre os privados de liberdade, pois, estes são frequentemente tratados como seres humanos inferiores, padecendo com a violação de seus direitos mais básicos, sem que isso produza repercussões efetivas para além dos muros.

Darke e Karam (2012) referem que esses danos são inerentes a segregação, espaço reduzido, impossibilidade de viver junto do seu meio familiar, perda de contato com experiências de sua própria vida, limitação e precariedade de condições de moradia, falta de higiene, convivência forçada, submissão, sentimentos de desespero e desesperança. O processo de encarceramento recai sobre uma parcela específica da população, com o auxílio da mídia cria condições para o direito penal atuar como mecanismo do controle social. Zaffaroni (1991) pontua que “o estereótipo criminal se compõe de caracteres que correspondem a pessoas em posição social desvantajosa”, em que negros são a população majoritária, que há séculos permanecem como principais alvos da persecução penal.

Cabe ressaltar que, presídios representam o local de violações de direitos humanos e de abandono de corpos, e o sistema jurídico ao condenar o sujeito não contabiliza na fixação da pena o reflexo que esta conferirá ao condenado (FATORELLI, 2014). É neste contexto que surge o trabalho do psicólogo, problematizador deste processo de institucionalização das pessoas como o apresentado até o momento, o qual nem sempre teve essas prioridades em seu fazer e nem da ressignificação da identidade do sujeito encarcerado e mortificado pela instituição total.

3 | PSICOLOGIA: DA PUNIÇÃO À POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO

O ingresso da psicologia no Sistema Prisional foi regulamentado através da LEP, em sua primeira disposição considerava que os condenados deveriam ser submetidos a avaliações criminológicas. Com o intuito de obter elementos para a classificação da pena, considerado como parâmetros os antecedentes e a personalidade do avaliado (LEP, art. 5º). Dito de outra forma, a partir das contribuições de Foucault (1987), o saber da psicologia foi usado para legitimar e até reforçar esse modelo de segregação.

A psicologia teve sua inserção no sistema prisional fortemente voltada a um viés julgador das condutas e dos comportamentos dos chamados degenerados e ao longo dos anos desenvolveu práticas voltadas a laudos e perícias, a fim de fornecer subsídios para a tomada de decisões do sistema jurídico no decorrer da execução das penas (PACHECO; VAZ, 2014). Em função disto, por muitos anos, a prioridade do trabalho do psicólogo no sistema prisional foi o de realizar laudos para o judiciário. Apenas no ano de 2010, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou a Resolução 09/2010, a qual vedou as avaliações psicológicas no âmbito prisional, entendendo que o objetivo final delas acabava sendo de punição, o que estava em desacordo ao Código de Ética profissional.

No entanto, o Ministério Público e parte do Judiciário não concordaram com esta resolução, o que resultou em novas discussões pela categoria e foi emitida outra Resolução 012/2011, a qual permitia a realização dos exames criminológicos, entretanto com restrições, entre elas que o profissional que realizasse a avaliação não poderia ser o mesmo que acompanhava o sujeito durante seu aprisionamento. Não satisfeito, no ano de 2015, o Ministério Público Federal conseguiu suspender a Resolução do CFP nº 12/2011 por meio de uma ação civil pública. Estas discussões foram extremamente importantes para se observar que muitas das questões trazidas pela categoria já estavam postas no Código de Ética profissional do Psicólogo, sendo que bastava a estes profissionais segui-lo.

Após um longo caminho de discussões e lutas dos profissionais que não concordavam com as prioridades da atuação do psicólogo dentro do sistema prisional, se construiu novas possibilidades de trabalho tendo como prioridade a valorização dos sujeitos a partir de suas especificidades e singularidades, ao levar em conta que as pessoas privadas de liberdade fazem parte de um estrato social que padece por décadas em processos de exclusão. Mas que por meio de práticas de humanização, a psicologia poderia assumir um papel importante na produção de autonomia destas pessoas.

E isso é reforçado pelo CFP (2012) ao corroborar que os psicólogos inseridos no contexto prisional devem direcionar o seu fazer aos discursos produzidos por estas pessoas aprisionadas, de modo que as intervenções possam se constituir como possibilidades de produção de um discurso mais libertador, que objetive a possibilidade de elaboração de novas possibilidades e a descontinuidade no sistema carcerário.

O trabalho do psicólogo deve priorizar os direitos dos indivíduos em cumprimento de pena, que possibilite a construção da cidadania através de projetos e práticas como o atendimento individual, grupos, atenção aos familiares, interlocução com a rede externa, entre outras propostas que visem à promoção de saúde desses sujeitos. O fazer psicológico, vai muito além do atendimento face a face com o sujeito, precisa ter em vista que essa população é carente de quase tudo, desde muito antes do encarceramento. Trabalho que requer tencionar a rede externa para receber esse indivíduo quando em liberdade, a fim de atender as demandas necessárias. Para tanto, o psicólogo precisa compreender como a sociedade enxerga o prisioneiro e através de muito diálogo desmistificar e demonstrar que existe uma questão sócio histórica por de traz da vida de cada sujeito, dado que não se nasce 'bandido'.

Diante dessa realidade, da grande demanda de trabalho da psicologia, voltado ao cuidado dessas pessoas, observa-se que a instituição total também exerce poder sobre o corpo e, por conseguinte, do fazer do psicólogo, que enfrenta dificuldades e necessita se refazer constantemente em sua atuação para conseguir alcançar o objetivo de diminuição da vulnerabilidade penal e social dessa população. Para tal, é necessário dar voz aos sujeitos encarcerados com vistas a facilitar o empoderamento dos mesmos sobre a própria vida, a partir da problematização do encarceramento e de seus aspectos mortificantes de assujeitamento.

Os profissionais da psicologia ao produzirem resistência ao sistema engendrado do sistema prisional, que atuam no sentido oposto da mortificação institucional, são marcados por desafios na sua atuação, a começar por uma dramática própria, que vai ao encontro da ética e convicções da prática profissional (KARAM, 2011). Esse papel na produção de determinadas subjetividades, atrelado historicamente ao psicólogo, parece não descolar do seu fazer profissional, no entanto, ao longo dos anos, os discursos e as práticas estão sendo modificadas, o que possibilita ao profissional atuar como agente de transformação no sistema prisional.

Outros desafios permeiam o exercício do psicólogo prisional, pois estes enfrentam a falta de estrutura física, recursos financeiros e técnicos para implementação de projetos, além da dificuldade em dialogar com demais profissionais da segurança, pois, muitas vezes não existe a compreensão do que se trata o fazer psicológico, o que gera problemas no andamento do trabalho. Esta dificuldade remete a sentimentos de desvalorização e de desmotivação do profissional no sistema prisional (CFP, 2009). Atrelado a tudo isso, está a grande demanda de trabalho, caracterizado pelo aumento expressivo da população carcerária, enquanto o número de psicólogos não teve o aumento equivalente, fazendo com que o profissional experimente, também, os efeitos da lógica institucional, ao ter diminuída a sua possibilidade de atuação (RAUTER, 2016).

No entanto, segundo Amaral e Barros (2016) o profissional, ao discutir coletivamente o seu fazer, pode se potencializar e contribuir no agenciamento de movimentos e

mudanças nesse ambiente, podendo inclusive intermediar o seu conhecimento para com a sociedade, esclarecendo sobre os efeitos do aprisionamento no ser humano.

Vale ressaltar que apesar de todas as adversidades encontradas no cotidiano do Sistema Prisional, diversas possibilidades se fazem presentes, e cabe ao psicólogo auxiliar no enfrentamento das vulnerabilidades colocadas a quem cumpre pena de prisão, com viabilização ao sujeito de um espaço de elaboração subjetiva que leve em consideração as condições que o mesmo habita. Nesse sentido, Freitas (1998) refere que as intervenções psicológicas devem atuar na produção do autoconhecimento, possibilitando um resgate de si próprio, da identidade, autonomia e autoestima, auxiliando os mesmos a perceberem o seu papel como cidadãos na sociedade.

O Conselho Federal de Psicologia (2009) reconhece que os psicólogos devem estabelecer uma relação de confiança junto das pessoas privadas de liberdade, o que lhes permitirá identificar dificuldades e demandas a serem atendidas e assim construir juntos movimentos capazes de produzir processos de desinstitucionalização.

Para tanto, é necessário valorizar as necessidades psicossociais do sujeito, desenvolvendo sua capacidade em lidar com aspectos do cotidiano, que possibilite a reconstrução do exercício da cidadania a partir de um conjunto de fatores para sua aproximação com a sociedade (LINS; OLIVEIRA; COUTINHO, 2009). Dessa forma, compreendendo os privados de liberdade como protagonistas da sua própria vida é preciso realizar práticas voltadas a desconstrução e demarcação institucional, pois estas lhes produzem atitudes de desqualificação e exclusão.

Nos últimos anos, os saberes *psi* abriram mão do poder de controle que lhes foi historicamente confiado, com renúncia à condição de instrumentos avaliadores da periculosidade social dos indivíduos considerados desviantes, podendo assim, orientar sua ação na direção de uma ética singularizante sob a ótica de que o indivíduo é um sujeito complexo para além do que apenas um personagem empobrecido que habita uma prisão (BENELLI, 2014).

Trata-se de uma forma de resistência da psicologia, pela produção de diferença com outro modo de compreender e intervir neste cenário ainda tão excludente e de reforma na própria psicologia, no auxiliar a diminuição do sofrimento frente às vulnerabilidades do cárcere, no sentido de criar estratégias de manobra, espaços de singularizações que possibilitem o empoderamento e enfrentamento da lógica segregativa. Para tanto, cabe à psicologia, romper com a norma de controle e adequação ao ambiente prisional, pois, para o sujeito sobreviver na prisão e não sucumbir a maiores destruições subjetivas é necessário possibilitar a construção de interstícios de liberdade (RAUTER, 2016).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização é um modo de ir aniquilando pouco a pouco o sujeito. O trabalho da psicologia pode ser de resistência a isso, por dentro desse sistema e não de enquadramento da pessoa ou de si mesmo, mas que se sinta fortalecida para tomar a própria vida nas mãos na sociedade que se vive. Os efeitos do trabalho realizado impulsionam a insistir, mas fica a questão, por quanto tempo ainda se resistirá?

Dentre tantos desafios que permeiam o trabalho da psicologia, percebe-se que este profissional também padece das degradações decorrentes da instituição total, que tentam ajustar o seu fazer aos interesses da instituição, de modo que muitos são os entraves enfrentados no dia a dia, que causam frustração e sentimentos de impotência. O maior desafio está na criação de mecanismos que interfiram nessa máquina trituradora de subjetividades, com movimentos que viabilizem a autonomia, e o empoderamento sobre as vidas dos sujeitos privados de liberdade.

A partir desta discussão percebeu-se que o profissional de psicologia deve ser capaz de libertar-se das amarras provenientes do sistema prisional para atuar em movimentos de produção de liberdade. É função desses profissionais desconstruir diariamente os estigmas construídos sob as pessoas privadas de liberdade que frequentemente são lembradas através das mídias como bodes expiatórios de todos os problemas da sociedade. Nessa perspectiva, as intervenções psicológicas ao atuarem na produção do autoconhecimento, dão voz aos sujeitos, visando a potencialização da vida a partir de um resgate de si próprio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Thaísa. V.F, BARROS, Vanessa. A. O trabalho do(a) psicólogo(a) no Sistema Prisional. **In: O Trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: França, 1ª edição, 2016.

BARROS, Lia Canejo Diniz. Violência, Criminalização da Pobreza e os Desafios para a Constituição da Cidadania. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luis, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/VIOLENCIA_CRIMINALIZACAO_DA_POBREZA_E_OS_DESAFIOS_PARA_A_CONSTITUICAO_DA_CIDADANIA.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva.** *In: Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.* São Paulo: Ed. Unesp, 1997 p. 11-71.

BENELLI, Sílvio J. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas.** São Paulo: Editora UNESP, 2014, 252 p. ISBN 978-85-68334-44-7.

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Organizada por Juarez Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1995.

CASSORLA, Roosevelt. M. S. **Do Suicídio: estudos brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 09/2010. **Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional**. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_009.pdf. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Resolução nº 12/2011. **Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf. Acesso em 05/07/2020.

_____. **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012.

_____. **A prática profissional dos (as) psicólogos (as) no Sistema Prisional**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2009.

DARKE, Sacha e KARAM, Maria Lucia. **Administrando o cotidiano da prisão no Brasil**. In: Discursos Sediciosos, Ano 17. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.

DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 1 dez. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjoizTIkZGJjODQ0NmJiMi00OTJhLWFiMDktNmFkNTM0Mmwi3liwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 1 jul. 2020.

FATTORELLI, Maíra Miranda. Direitos humanos e seu não-lugar: o cárcere e suas relações de poder e vulnerabilidade. **Departamento de Direito**, 2014.

FAVILLI, Federico; AMARANTE, Paulo. Direitos humanos e saúde mental nas instituições totais punitivas: um estado da arte Itália-Brasil sobre a determinação de mecanismos alternativos à prisão decorrentes às situações de doença mental ou enfermidade. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, ano 25, v. 10, p. 151-193, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69659>. Acesso em: 5 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FREITAS, Maria. de F. **Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo**. Rev. Psic. Reflex. Crit. 11 (1). Porto Alegre, 1998

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 8ª edição, 1999.

KARAM, Maria. L. **Psicologia e Sistema Prisional**. Revista EPOS, v. 2, n. 2, 2011.

LINS, Carlos Estellita; OLIVEIRA, Verônica Miranda; COUTINHO, Maria Fernanda. Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 205-215, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a26v14n1.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2010.

NEGRELLI, ANDRÉIA MARIA. **Suicídio no sistema carcerário: análise a partir do perfil biopsicossocial do preso nas instituições prisionais do Rio Grande do Sul**. 2006. 103 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4919/1/388575.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

PACHECO, Pedro José; VAZ, Viviane Naisinger. Outras práticas possíveis da psicologia na prisão. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, p. 177-198, 2014. Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/647/207>. Acesso em: 7 maio 2020.

PESTANA, Janine Gonçalves. Breves apontamentos sobre as instituições totais: suas características e funcionamento. **Psicólogo informação**, p. 93-117, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/6136-20084-1-PB.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

POMPEU, Júlio César. **Cara de bandido: as representações sociais de criminosos para juristas e não-juristas**. Orientador: Edinete Maria Rosa. 2013. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3153/1/tese_4499_Tese%20Julio%20Pompeu.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e Subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2003.

RAUTER, Cristina. O trabalho do Psicólogo em Prisões. In: **O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: França, 1ª edição, 2016.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan. Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio R. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan e Ufrj, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aconselhamento 82, 86, 90, 203, 206, 207, 208

Adolescência 14, 20, 59, 60, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 152, 159, 204

Alma 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Aprendizagem 27, 59, 61, 72, 73, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Arquitetura 30, 31, 35, 36, 37, 227

Autismo 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 171

Avaliação 45, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 81, 109, 111, 114, 116, 121, 122, 124, 129, 133, 151, 154, 156, 158, 208, 228

C

Cidade 30, 31, 34, 35, 36, 78, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 159, 186, 188, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Cinema 18, 209, 210, 211, 212, 213, 219, 220

Cirurgia bariátrica 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128

Compulsão 43, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 112, 114, 120, 121, 123, 124, 127

Conduta 24, 30, 31, 32, 33, 37, 207

Contemporaneidade 11, 29, 160, 162, 163, 164, 167

Cuidados paliativos 180, 181, 182, 183, 184, 185

Cultura 7, 2, 3, 4, 20, 25, 41, 42, 49, 96, 97, 107, 167, 189, 210, 211, 212, 213, 220, 223, 224, 225

D

Deficiência 61, 62, 68, 72, 113, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 200

Depressão 14, 78, 81, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 200

E

Educação 3, 4, 5, 6, 7, 11, 23, 26, 27, 28, 72, 86, 87, 88, 92, 94, 162, 163, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 186, 188, 192, 194, 195, 220, 228

Ensino 5, 7, 27, 29, 66, 72, 86, 87, 91, 101, 125, 135, 140, 170, 171, 176, 180, 186, 187, 188, 189, 191, 228

Espaço público 30, 34, 35

Espiritualidade 81, 180, 182, 183, 184, 185

Esquizofrenia 57, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estresse 51, 52, 76, 79, 103, 104, 115, 116, 120, 121, 130, 134, 154, 200, 206

Etiologia 57, 68, 69, 70, 75, 80, 139, 205, 207

Experiência 2, 20, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 92, 95, 110, 115, 118, 154, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 174, 176, 178, 183, 185, 220, 222, 223, 228

F

Formação 3, 11, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 40, 55, 68, 95, 137, 153, 178, 189, 194, 206

G

Geriatrics 142, 144

I

Indústria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Infância 19, 60, 61, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 82, 110, 152, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 178

Institucionalização 38, 39, 40, 41, 44, 48

Instrumento 26, 32, 54, 62, 109, 124, 173

Insuficiência renal 129, 130, 134

Inventário 66, 113, 129, 131

L

Liberdade 4, 7, 24, 25, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 99, 160, 161, 170, 176, 179

M

Marketing 1, 6, 10

Motivação 2, 3, 59, 69, 110, 136, 145, 171, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 208, 214

Mulher 21, 24, 25, 28, 29, 78, 87, 89, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 136, 137, 139, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 226, 227

mundo 4, 10, 12, 13, 15, 23, 26, 41, 42, 55, 69, 93, 99, 103, 106, 135, 148, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 174, 176, 185, 193, 194, 197, 210, 214, 216, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Mundo 165, 185

N

Neurose 51, 52

P

Patologia 98, 113, 120, 196, 197, 206, 207, 208, 224

Pole dance 30, 31, 34, 35, 36

Privação 39, 40, 99

Psicologia 2, 7, 12, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 61, 63, 64, 68, 83, 97, 104, 106, 125, 127, 128, 134, 137, 140, 147, 149, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 162, 170, 172, 174, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 203, 208, 214, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228

Psicoterapia 52, 61, 135, 137, 138, 139, 148, 157, 173, 174, 176, 178, 179, 223

R

Relacionamento 5, 10, 12, 17, 18, 19, 58, 90, 99, 107, 118, 187

Resistência 4, 10, 30, 33, 46, 47, 48, 93, 110

S

Suicídio 42, 49, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

T

Terceira idade 141, 142, 143, 144, 146

Trabalho 1, 5, 28, 31, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 59, 64, 67, 68, 80, 81, 85, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 107, 115, 121, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 180, 182, 186, 193, 194, 198, 203, 213, 214, 215, 217, 218, 221, 224, 226

Transtorno 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 81, 82, 101, 104, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 136, 139, 152, 170, 176, 197, 201, 204, 205

Tratamento 41, 52, 58, 61, 62, 63, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 86, 90, 102, 106, 107, 109, 110, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 150, 173, 179, 182, 196, 198, 200, 201, 206, 207, 208

V

Violência 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 40, 42, 43, 44, 48, 89, 91, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 145, 153, 156, 190

Vulnerabilidade 28, 42, 44, 46, 49, 84, 86, 93, 94, 96, 138, 146, 188, 195, 206

A PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

A PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 